



Informação nº 109/2020 – DIASP3

Brasília-DF, 25 de setembro de 2020.

Processo nº: 00600-00004091/2020-36

Jurisdicionada: Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal - IGESDF

Assunto: Representação

Ementa: Representação nº 45/2020-CF. Contratações celebradas pelo IGESDF para soluções de informática e publicidade de utilidade pública. Decisão nº 3026/2020. Conhecimento. Oitiva. Nesta fase: Análise de mérito. Pelas sugestões indicadas.

Senhor Diretor,

Tratam os autos da Representação nº 45/2020-CF, ofertada pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas – MPJTCDF, versando acerca de supostas irregularidades na celebração de contratos, pelo Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal - IGESDF, para soluções de informática, e publicidade de utilidade pública (peça 11, e-DOC 079ED1BC).

2. Para melhor compreensão, a presente Informação está estruturada de acordo com os seguintes tópicos:

- I. Antecedentes**
- II. Do Mérito da Representação nº 45/2020-CF**
 - II.1 Teor da Representação (peça 11)**
 - II.2 Manifestação do Instituto de Gestão Estratégica do DF – IGESDF (peça 32)**
 - II.3 Manifestação da Fértil Comunicação e Marketing Ltda. (peça 31)**



II.4 Manifestação da Smart7 Digital Ltda. – ME (peça 33)

II.5 Análise

III. Da Conclusão

IV. Das Sugestões

I. Antecedentes

3. Ao analisar a Admissibilidade da Representação nº 45/2020-CF, esta Unidade Técnica, mediante a Informação nº 72/2020-DIASP3 (peça 18, e-DOC FB05EEEEF), assim se manifestou:

“Trata-se de Representação formulada pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal (MPJTCDF) (e-DOC 079ED1BC, peça 11), acerca de supostas irregularidades na celebração de contratos, pelo Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (IGESDF), para soluções de informática, publicidade de utilidade pública e telemedicina. 2. A Representante noticia dois contratos celebrados entre o IGESDF e particulares. O primeiro é o Contrato 032/2020, celebrado com a Smart7 Digital Ltda.-ME, com vigência de 180 (cento e oitenta) dias, ao custo total de R\$ 1.530.000,00 (hum milhão e quinhentos e trinta mil reais), cujo objeto é a prestação de serviços em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), para atendimento à população do Distrito Federal no combate à Covid-19. 3. De acordo com a Representante, foram obtidos, na página eletrônica do IGESDF na rede mundial de computadores (Internet), dados sobre a plataforma contratada. Segundo consta, a ferramenta consiste no uso de duas assistentes virtuais, denominadas Ana e Gabriela. Ao enviar uma mensagem pelo aplicativo de mensagens WhatsApp para o terminal (61)99819-6599, o cidadão é atendido pela Ana e relata os sintomas antes de se dirigir para uma unidade de saúde ou para a unidade móvel de testagem rápida. Após, se o caso for considerado de atenção, segundo critérios definidos pelo IGESDF, o atendimento é direcionado para um analista, etapa em que o usuário poderá relatar melhor a sua situação e, se for o caso, será direcionado para uma Unidade Básica de Saúde (UBS) de sua região ou para o Serviço Móvel de Urgência (SAMU). 4. A robô Ana fornece, também, informações gerais sobre a Covid-19, esclarecendo dúvidas sobre como a infecção pelo vírus ocorre, como se prevenir, quais os principais sintomas, se já existe uma cura, entre outras questões. 5. A assistente Gabriela faz o acompanhamento apenas dos pacientes já diagnosticados com a Covid-19 e liberados para isolamento domiciliar. Ela contata os pacientes, também via WhatsApp, pelo número informado no prontuário e acompanha a evolução do quadro de saúde, mediante perguntas diárias, de modo a permitir que o IGESDF e o sistema de saúde pública possam contribuir e auxiliar o paciente que passa por tratamento em casa. 6. Ainda segundo dados do sítio eletrônico, a plataforma digital permite a captação de dados epidemiológicos que deverão respaldar as tomadas de decisões em cada uma das regionais de saúde, de acordo com dados de cada região administrativa. 7. A Representante chamou a atenção para o fato de que muitas das soluções visadas no Contrato 032/2020 já são objeto



de contínuas campanhas divulgadas pela mídia, por entes públicos e privados gratuitamente. Citou o Telecovid, disponível na página eletrônica da Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES/DF), o Disque Saúde 136 do Ministério da Saúde, além do próprio sítio eletrônico do IGESDF, onde se vê dicas, informações importantes, notícias, dúvidas frequentes, vídeos, amplamente propalados pela mídia. 8. Ponderou que o objeto do contrato apresenta um misto de publicidade, já atendido pela própria rede de saúde pública, e de telemedicina sem que a contratada demonstre qualquer especialidade nessa área, não sendo permitida a subcontratação no todo ou em parte do objeto, segundo o ajuste. 9. Argumentou que o estado de Pernambuco e o município de Recife adotaram soluções semelhantes, com custo dez vezes menor do que o contratado pelo IGESDF, utilizando-se de um contrato preexistente (fábrica de software), com a adição da plataforma/aplicativo. 10. Pontuou outra iniciativa, também do estado de Pernambuco, denominada de "CheckCorona", acessível gratuitamente à população pela Internet, com objetivo de evitar que as pessoas saiam de casa para ir a hospitais sem necessidade. 11. O segundo Contrato, 051/2020, celebrado com a sociedade empresária Fértil Comunicação e Marketing Ltda., possui vigência de 12 (doze) meses, com previsão de desembolso de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) no período, para prestação de serviços de publicidade e propaganda sob demanda, envolvendo planejamento, conceituação, concepção, criação, execução interna, intermediação e supervisão da execução externa e distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o objetivo de promover a difusão de ideias ou informar o público em geral, para atender as necessidades da Assessoria de Comunicação do IGESDF. 12. Sobre essa avença, a Representante questionou o motivo da não inclusão dos serviços, ou parte deles, no bojo do Contrato 032/2020, bem como apontou ajuste celebrado por Organização Social do estado de Goiás, com o mesmo prestador de serviço contratado pelo IGESDF, em valor inferior, para objeto semelhante 13. Por fim, a Representante pediu que: 1) a Corte de Contas ouça o Diretor-Presidente do IGESDF para que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, apresente: a) toda a documentação correlata relacionada com os contratos em tela; b) toda a documentação relacionada, também, com a celebração de contrato de publicidade para o IGESDF; 2) o Diretor-Presidente do IGESDF apresente, em 05 dias, se quiser, justificativa para a escolha da Smart7, os preços pactuados, inclusive para contratação da empresa Fértil, para publicidade e propaganda, e por qual motivo não se programou para integrar ao menos parte do objeto do ajuste debaixo desse contrato, sem novos ônus; 3) autorize, na sequência, que os fatos sejam analisados pelo Corpo Técnico, Núcleo de Tecnologia da Informação, com a urgência que o caso requer."

4. CONCLUSÃO DESCRITIVA:

A Representação formulada pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal (MPJTDF) (e-DOC 079ED1BC, peça 11) trata de supostas irregularidades na celebração de contratos, pelo IGESDF, para soluções de informática, publicidade de utilidade pública e telemedicina. 2. Merece nota que a fiscalização da irregularidade mencionada na Representação é de competência deste Tribunal, conforme art. 1º, incisos VII, X, XIV da Lei Complementar 1/94 -Lei Orgânica do TCDF⁴. 3. O



IGESDF, embora possua personalidade jurídica de direito privado, está sob a jurisdição desta Corte de Contas, consoante os dispositivos legais supramencionados, haja vista que essa entidade gerencia recursos públicos, em consequência do contrato de gestão firmado com o Governo do Distrito Federal por intermédio da SES/DF. 4. Outrossim, a Lei Distrital 5.899/2017, que criou o Instituto, estabelece que esta Corte de Contas possui a competência de fiscalizar a execução do contrato de gestão, conforme a seguir: Art. 2º Compete à Secretaria de Estado de Saúde supervisionar a gestão do IHBDF, observadas as seguintes normas e disposições: (...) III - o contrato de gestão deve observar os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e economicidade, e deve especificar o programa de trabalho proposto pelo IHBDF, estipular as metas a ser atingidas e os respectivos prazos de execução, bem como a previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a ser utilizados, mediante indicadores de qualidade e produtividade, atendendo ao quadro epidemiológico e nosológico do Distrito Federal e respeitando as características e a especificidade da entidade; (...) VI - a execução do contrato de gestão é supervisionada pela Secretaria de Estado de Saúde e fiscalizada pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal -TCDF, que verifica, especialmente, a legalidade, a legitimidade, a operacionalidade e a economicidade no desenvolvimento das respectivas atividades e na consequente aplicação dos recursos repassados, com base nos critérios referidos no inciso III; 5. Em suma, a Exordial alegou que foram feitas duas contratações pelo IGESDF, sendo a primeira um misto de publicidade e telemedicina, e a segunda de publicidade que poderia ser integrada no todo ou em parte à primeira, além de questionar a falta de justificativa para os preços contratados. 6. Percebem-se indícios de opção por contratações de ferramentas e soluções mais onerosas, duplicidade de esforços e sobreposição de atividades estatais, com ineficiência do gasto público e consequente maior custo para a sociedade. 7. Assim, a Representação formulada pelo MPJTCDF (e-DOC 079ED1BC, peça 11) pode ser conhecida pelo Plenário e autorizada a oitiva do IGESDF e das empresas beneficiadas com as contratações. 8. Por fim, ressalte-se que foi recebida Denúncia na Ouvidoria do MPJTCDF (e-DOC 91F07C6F, peça 14), encaminhada por via do Ofício 429/2020-GPCF (e-DOC 26EDBD6B, peça 15), versando sobre a contratação de serviços de publicidade pelo IGESDF, cuja matéria foi tratada na Representação ora em análise.

5. SUGESTÕES:

9. Diante do exposto sugere-se o encaminhamento dos autos ao Exmo. Sr. Relator que vier a ser designado, com vistas a adoção das seguintes medidas: I. tomar conhecimento da Representação 45/2020-CF, formulada pela Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira (e-DOC 079ED1BC, peça 11); II. determinar, com esteio no art. 123, § 3º, c/c art. 230, § 7º, do RITCDF, ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (IGESDF), que apresente circunstanciados esclarecimentos quanto ao teor do que foi delineado na Representação 45/2020-CF, no prazo de 5(cinco) dias, encaminhando cópia de todos os documentos referenciados em sua manifestação, ou, alternativamente, inserindo uma tabela contendo o número verificador dos documentos citados (número do SEI) e os



respectivos códigos CRC, a fim de viabilizar o acesso ao inteiro teor desses documentos por meio das ferramentas de consulta públicas já disponíveis; III. conceder igual prazo para que as sociedades empresárias Smart7 Digital Ltda.-ME, CNPJ 19.416.207/0001-70 e Fértil Comunicação e Marketing Ltda., CNPJ 10.589.522/0001-24, apresentem os esclarecimentos que entenderem pertinentes acerca da Exordial; IV. autorizar: a) o encaminhamento de cópia do Voto e da Decisão que vier a ser proferida ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (IGESDF) e às sociedades empresárias Smart 7 Digital Ltda.-ME e Fértil Comunicação e Marketing Ltda.; b) o retorno dos autos à SEASP para análise do mérito da Representação.”

4. Na sequência, o Tribunal, mediante a Decisão nº 3026/2020, conheceu da Representação nos seguintes termos (peça 22, e-DOC EC3DA419):

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento da Representação nº 45/2020-CF, formulada pelo Ministério Público junto à Corte (peça 11); II – determinar, com esteio no art. 123, § 3º, c/c o art. 230, § 7º, do RI/TCDF, ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal-IGES/DF, que apresente circunstanciados esclarecimentos quanto ao teor do que foi delineado na peça inaugural, no prazo de 5 (cinco) dias, encaminhando cópia de todos os documentos referenciados em sua manifestação, ou, alternativamente, inserindo uma tabela contendo o número verificador dos documentos citados (número do SEI – e os respectivos códigos CRC), a fim de viabilizar o acesso ao inteiro teor desses documentos por meio das ferramentas de consultas públicas já disponíveis; III – conceder igual prazo para que as sociedades empresárias Smart7 Digital Ltda. - ME, CNPJ 19.416.207/0001-70, e Fértil Comunicação e Marketing Ltda., CNPJ 10.589.522/0001-24, se assim desejarem, apresentem os esclarecimentos que entenderem pertinentes acerca da exordial; IV – autorizar: a) o encaminhamento de cópia do relatório/voto do Relator, da Representação do Parquet especial e desta decisão ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal - IGES/DF, bem como às sociedades empresárias Smart 7 Digital Ltda. - ME e Fértil Comunicação e Marketing Ltda. para subsidiar o cumprimento dos item II e III retro; b) o retorno dos autos à SEASP, para as providências cabíveis.”

5. A Smart7 solicitou prorrogação de prazo para manifestação (peça 25, e-DOC E76A4DD8), concedida pela Decisão nº 3569/2020 (peça 28, e-DOC 3307915E). A Fértil apresentou esclarecimentos mediante o documento de peça 31 (e-DOC 9C3A5616), o IGESDF pelo documento de peça 32 (e-DOC 305865A4) e, posteriormente, a Smart7 por intermédio do documento de peça 33 (e-DOC ACB8BB69).



6. Examina-se, portanto, nesta fase, o mérito da Representação em cotejo com os esclarecimentos juntados aos autos.

II. Do Mérito da Representação nº 45/2020-CF

II.1 Teor da Representação (peça 11)

7. A Representante noticia dois contratos celebrados entre o IGESDF e particulares, conforme quadros a seguir:

Quadro 1 – Discriminação do Contrato nº 32/2020

Contratante:	Distrito Federal, por intermédio do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal.
Processo GDF	04016-00024182/2020-48
Contratada/CNPJ	Smart7 Digital Ltda. – ME./19.416.207/0001-70
Valor	R\$ 1.530.000,00
Objeto	Contratação emergencial de empresa especializada na prestação de serviços em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), na modalidade de SaaS (software como serviço), para atendimento à população do Distrito Federal no combate ao Covid-19, conforme justificativa, especificações, quantidades e demais condições constantes no Elemento Técnico Emergencial nº 2/2020 –GESIN, para atender as necessidades do IGESDF.
Vigência	180 dias, a partir de 8/5/2020.
Fundamento legal	Lei nº 6.270, de 30 de janeiro de 2019, Decreto n.º 39.674, de 19 de fevereiro de 2019, Regulamento Próprio de Compras e Contratações do IGESDF.



Quadro 2 – Discriminação do Contrato nº 51/2020

Contratante:	Distrito Federal, por intermédio do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal.
Processo GDF	04016-00008326/2019-85
Contratada/CNPJ	Fértil Comunicação e Marketing Ltda./10.589.522/0001-24
Valor	R\$ 4.000.000,00
Objeto	Contratação de serviços de publicidade e propaganda a serem prestados, sob demanda, por agência de publicidade e propaganda ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal – IGESDF, incluindo: planejamento, conceituação, concepção, criação, execução interna, intermediação e supervisão da execução externa e distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o objetivo de promover a difusão de ideias ou informar o público em geral, dentre outros, para atender as necessidades da Assessoria de Comunicação do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal – IGESDF.
Vigência	12 meses, a contar de 3/6/2020.
Fundamento legal	Lei nº 6.270, de 30 de janeiro de 2019, Decreto nº 39.674, de 19 de fevereiro de 2019, Regulamento Próprio de Compras e Contratações do IGESDF.

8. Em relação ao primeiro Contrato, a Representante chamou a atenção para o fato de que muitas das soluções visadas já são objeto de contínuas campanhas divulgadas pela mídia, por entes públicos e privados gratuitamente. Citou o Telecovid, disponível na página eletrônica da Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES/DF), o Disque Saúde 136 do Ministério da Saúde, além do próprio sítio eletrônico do



IGESDF, onde se vê dicas, informações importantes, notícias, dúvidas frequentes e vídeos, amplamente propalados pela mídia.

9. Ponderou que o objeto do contrato apresenta um misto de publicidade, já atendido pela própria rede de saúde pública, e de telemedicina sem que a contratada demonstre qualquer especialidade nessa área¹, não sendo permitida a subcontratação no todo ou em parte do objeto, segundo o ajuste.

10. Ademais, afirmou que, em dado aberto, pode-se ver contrato de publicidade digital e redes sociais, celebrado pela Smart7 com Organização Social (OS) em Goiás, por valor bem inferior ao contratado com o IGESDF².

11. O mencionado ajuste é o Contrato de Prestação de Serviços de Comunicação e Marketing entre a Smart7 e o Instituto Brasileiro de Gestão Hospitalar – Unidade de Pirenópolis – Hospital Estadual Ernestina Lopes Jaime, para prestação de serviços de comunicação e marketing, com prazo de 12 mês, no valor de R\$ 10.000,00 mensais.

12. O *Parquet* aponta, também, que o Sr. Roni Cavalcante, Diretor Executivo da Smart7, teria celebrado contrato, representando a empresa ARO Publicidade, com o Complexo Regulador Estadual - CRE, em valores igualmente inferiores, para assessoria de comunicação, identidade visual, planejamento de comunicação, desenvolvimento de campanhas, gestão de redes sociais, publicidade digital e desenvolvimento de *web*.

13. O segundo Contrato é o de nº 51/2020, celebrado com a Fértil, possui vigência de 12 (doze) meses, a contar de 3/6/2020, com previsão de desembolso de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) no período, para prestação de serviços de publicidade e propaganda sob demanda, envolvendo planejamento, conceituação,

¹ Assim dispõe o art. 5º da Resolução nº 1643/2002 do CFM: "Art. 5º-As pessoas jurídicas que prestarem serviços de Telemedicina deverão inscrever-se no Cadastro de Pessoa Jurídica do Conselho Regional de Medicina do estado onde estão situadas, com a respectiva responsabilidade técnica de um médico regularmente inscrito no Conselho e a apresentação da relação dos médicos que componentes de seus quadros funcionais. Parágrafo único - No caso de o prestador for pessoa física, o mesmo deverá ser médico e devidamente inscrito no Conselho Regional de Medicina.

² Contrato com o Instituto Brasileiro de Gestão Hospitalar: <https://www.saude.go.gov.br/files/ostransparencia/heeli-ibgh/comprasecontratos/contratoscelebrados-assinados/2018/CONTRATO%20%20SMART7%20DIGITAL%20LTDA.pdf>



concepção, criação, execução interna, intermediação e supervisão da execução externa e distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o objetivo de promover a difusão de ideias ou informar o público em geral, para atender as necessidades da Assessoria de Comunicação do IGESDF.

14. Sobre esse ajuste, a Representante argumentou que o estado de Pernambuco adotou solução semelhante, com custo dez vezes menor do que o contratado pelo IGESDF, utilizando-se de um contrato preexistente (fábrica de software), com a adição da plataforma/aplicativo, para que pessoas tenham primeiro suporte em chamada de vídeo com enfermeiro ou médico, antes de procurar uma unidade de saúde

15. Pontuou outra iniciativa, também do estado de Pernambuco, denominada de “CheckCorona”, acessível gratuitamente à população pela Internet, com objetivo de evitar que as pessoas saiam de casa para ir a hospitais sem necessidade.

16. Ao final, a Representante solicitou que: “1) a Corte de Contas ouça o Diretor-Presidente do IGESDF para que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, apresente: a) toda a documentação correlata relacionada com os contratos em tela; b) toda a documentação relacionada, também, com a celebração de contrato de publicidade para o IGESDF; 2) o Diretor-Presidente do IGESDF apresente, em 05 dias, se quiser, justificativa para a escolha da Smart7, os preços pactuados, inclusive para contratação da empresa Fértil, para publicidade e propaganda, e por qual motivo não se programou para integrar ao menos parte do objeto do ajuste abaixo desse contrato, sem novos ônus 3) autorize, na sequência, que os fatos sejam analisados pelo Corpo Técnico, Núcleo de Tecnologia da Informação, com a urgência que o caso requer.”

II.2 Manifestação do Instituto de Gestão Estratégica do Distrito Federal-IGESDF (peça 32)

17. O IGESDF esclarece inicialmente que foi instituído pelo Poder Executivo do DF, mediante autorização da Câmara Legislativa do DF por meio da aprovação da Lei nº 5.899/2017, alterada pela Lei nº 6.270/2019, e regulamentado



pelo Decreto nº 38.332/2017, alterado pelo Decreto nº 39.674/2019, na forma de Serviço Social Autônomo como pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, não integrando a Administração Pública Direta ou Indireta, com princípios e legislação diversos daqueles aplicáveis ao Estado.

18. Na sequência, explana que, considerada essa natureza jurídica, o IGESDF deve observar a legislação privada, inclusive no que se refere ao regime de pessoal, processos de compras de bens e serviços e de contabilidade e finanças com as derrogações impostas na lei autorizativa correspondente.

19. Afirma que o objetivo dos contratos objeto da Representação do MPJTCDF é fornecer dados estratégicos para os órgãos públicos tomarem decisão e constituírem políticas de combate à pandemia e, também, diminuir a sobrecarga das unidades de saúde.

20. Argumenta que a aquisição dessa solução justifica-se pela essencialidade da ampla divulgação do conhecimento sobre a Covid-19, de maneira que o usuário não necessite, a princípio, se deslocar de sua residência, podendo utilizar aparelho de celular, notebook, dentre outros. Adiciona que não se trata de telemedicina, mas todo o fluxo de atendimento é supervisionado por médicos especialistas para evitar que informações incorretas sejam passadas para os usuários, e para que o usuário, dentre outras ações, realize autoavaliação de seus sintomas e, baseado nas respostas, seja encaminhado para o serviço público de saúde mais adequado, UBS, UPA ou SAMU.

21. Após essa etapa inicial, assevera que há o monitoramento por inteligência artificial durante quatorze dias, após o primeiro atendimento.

22. Assegura que já foram trocadas mais de 417.108 mensagens de WhatsApp, cerca de 27.000 usuários foram atendidos e, deles, 13.700 são monitorados, havendo impacto para mais ou menos 1,3 milhão de usuários de internet no DF e entorno.

23. Reafirma que o serviço prestado se limita à prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), na modalidade de SaaS (software como serviço), não se tratando de serviço de telemedicina, conforme objeto de



contrato e, caso haja a necessidade de atendimento médico, o paciente é encaminhado para um analista que indicará as unidades de saúde para acolhimento do paciente. Por isso, não há a necessidade de experiência nessa área para contratar. Na verdade, há um auxílio na autoavaliação prévia com o intuito de diminuir o volume de pacientes não contaminados nas unidades de saúde, evitando-se o contágio por aglomeração.

24. Ressalta que a afirmação do MPJTCDF de que o DF possui serviço próprio para tal fim, ou seja, o TELECOVID é imprecisa, pois não se trata de publicidade do tipo utilidade pública nem de telemedicina.

25. Diante do exposto, o IGESDF requer o não conhecimento da Representação por ausência de ilegalidade, ou, no caso de conhecimento, que seja, no mérito, negado provimento, e abertura de prazo para juntada de documentos que as partes supõem necessários.

II.3 Manifestação da Fértil Comunicação e Marketing Ltda. (peça 31)

26. Ressalta que o MPJTCDF questionou o motivo da não inclusão dos serviços, ou parte deles, no bojo do Contrato nº 32/2020 e apontou ajuste celebrado por Organização Social do estado de Goiás, com o mesmo prestador em valor inferior para objeto semelhante.

27. A Fértil esclarece que se tratam de contratos com objetos distintos e, no que pertine ao Contrato nº 51/2020, não há que se falar em irregularidades no processo de contratação nem na sua efetiva execução.

28. Houve, em fevereiro de 2020, a publicação do Ato Convocatório nº 13/2020, dando conhecimento da realização de Seleção de Fornecedores, na modalidade Mercado Digital, com critério de julgamento por melhor técnica/preço, regido pelo Regulamento Próprio de Compras e Contratações, com lances ofertados, na ocasião da seleção, por maior desconto por lote.

29. O Elemento Técnico nº 1/2020 esclareceu que “a agência contratada atuaria por ordem e conta do IGESDF, em conformidade com o art. 3º da Lei nº 4.680/1965, na contratação de fornecedores de bens e serviços especializados, de veículos de comunicação e divulgação para a transmissão de mensagens



publicitárias.” O orçamento inicial para a contratação seria de R\$ 4.000.000,00, devidamente autorizada por despacho (34768629) constante no Processo SEI 04016-00008326/2019-85, com despesa em rubrica própria do orçamento do IGESDF para o exercício de 2020.

30. Portanto, o processo de contratação teria seguido fielmente as disposições legais vigentes, estabelecidas no Regulamento Próprio de Compras e Contratações, em consonância com o princípios que regem a Administração Pública, entre eles os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

31. Afirma que a Fértil atua com planejamento, conceituação, concepção, criação, execução interna, intermediação e supervisão da execução externa e distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, desenvolve serviços especializados de agenciamento de comunicação e serviços publicitários terceirizados.

32. Acrescenta que o Contrato nº 51/2020 teria sido celebrado em obediência aos termos do Ato Convocatório nº 13/2020, do Elemento Técnico nº 1/2020-IGESDF/DIPRE/GAPRE/ASCOM, da proposta comercial, do Parecer SEI-GDF nº 65/2020-IGESDF/DIPRE/GAPRE/ASJUR, da Declaração de Disponibilidade Orçamentária emitida pela Gerência de Custos e Orçamentos do IGESDF e demais disposições constantes do Regulamento Próprio de Compras e Contratações do IGESDF, cuja cláusula segunda discrimina as condições e especificações do objeto:

“a) Estudo do conceito, ideia, marca, produto ou serviço a difundir, incluindo a identificação e análise de suas vantagens e desvantagens perante os seus públicos e, quando for o caso, em relação ao seu mercado. b) Identificação e análise dos públicos e/ou do mercado onde o conceito, ideia, marca, produto ou serviço encontre melhor possibilidade de assimilação. c) Identificação e análise das ideias, marcas, produtos ou serviços concorrentes. d) Elaboração do plano publicitário, incluindo a concepção das mensagens e peças (criação) e o estudo dos meios e veículos que, segundo técnicas adequadas, assegurem a melhor cobertura dos públicos e objetivados (planejamento de mídia). e) Execução do plano publicitário, incluindo o orçamento e realização das peças publicitárias (produção) e a compra, distribuição e controle da publicidade nos veículos contratados (execução de mídia), e no pagamento das faturas (CENP – CONSELHO EXECUTIVO DAS NORMAS-PADRÃO. Normas-padrão da atividade publicitária. São Paulo, 1998, 8 e 9 pág.).”



33. A Fértil ressalta que o valor estimado da contratação é um teto orçamentário, previamente autorizado, mas os serviços seriam realizados por demanda, de acordo com os padrões estabelecidos pelo CENP - Conselho Executivo das Normas-Padrão³ da atividade publicitária e tabelas SINAPRO⁴, juntando aos autos (anexo) tabela contendo informações sobre os serviços já prestados e faturados no âmbito do contrato.

34. Argumenta que, cotejando as disposições do ato convocatório, do elemento técnico, do contrato e da lista dos serviços efetivamente prestados pela Fértil Comunicação e Marketing Ltda. com os do Contrato nº 32/2020, conclui-se tratarem-se de situações distintas, com objetos distintos.

35. Requer, por último, que esse TCDF conheça da manifestação e restrinja o objeto de fiscalização ao processo de contratação referente ao Ajuste nº 32/2020.

II.4 Manifestação da Smart7 Digital Ltda.-ME (peça 33)

36. O representante legal da empresa argumenta que a Representação do MPJTCDF estaria fincada em duas premissas: a) indícios de contratação de serviços por valores acima dos ofertados pelo mercado para a prestação do objeto contratual; e b) sobreposições de atividades estatais na área da publicidade e propaganda.

37. Mas argumenta que o *Parquet* não teria obtido informações essenciais para compreensão dos serviços tecnológicos que estão sendo prestados pela Smart7 à população do Distrito Federal, com o “programa DF contra Coronavírus” ao compará-los com diversos outros que não possuem qualquer proximidade em seus respectivos objetos.

³ “O Conselho Executivo das Normas-Padrão é uma entidade de ética, com atuação nacional, criada e mantida exclusivamente pelo setor privado para assegurar boas práticas comerciais entre Anunciantes, Agências de Publicidade e Veículos de Comunicação”. Fonte: <https://cenp.com.br/sobre-o-cenp/o-que-e-o-cenp>.

⁴ Sindicato das Agências de Propaganda do Distrito Federal.



38. Acrescenta que a contratação, no âmbito do Processo SEI nº 04016-00024182/2020-48 IGESDF, ocorreu de maneira regular e nos termos do art. 25, I, do Regulamento Próprio de Compras e Contratações do IGESDF, tendo como fundamento o Elemento Técnico Emergencial nº 2/2020-GESIN (37439535-doc4), com os seguintes embasamentos:

“6. O Parecer Técnico da Assessoria Jurídica do IGESDF (Doc.05) identificou todos os elementos necessários à regularidade do processo administrativo de contratação: Elemento Técnico; Relatório de Visualizações e Respostas da Bionexo; E-mails enviados e recebidos sobre cotações; Mapa Comparativo de Preços; Planilha de preços; Definição de Modalidade da Seleção de Fornecedores; Requerimento de autorização de despesa orçamentária; Declaração de disponibilidade orçamentária; Autorização da Diretoria Executiva; Documentações para habilitação da empresa; e Minuta contratual. 7. A pesquisa de preços realizada com base no art. 9º, X e § 1º, do Regulamento de Compras e Contratações do IGESDF “contou com a apresentação de orçamentos válidos alocados nos autos (37764507), que resultou no valor total de R\$2.079.968,93 (Dois milhões, setenta e nove mil novecentos e sessenta e oito reais e noventa e três centavos)”. As propostas para contratação (Doc.06) foram apresentadas pelas seguintes empresas: a) CENTRAL IT TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA - R\$2.509.906,80; b) KNOWTEC LTDA - R\$2.200.000,00; c) DUO SYSTEM TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA R\$3.925.878,94; d) SMART7 DIGITAL LTDA - R\$1.530.000,00; e e) NOVETECH SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA (desclassificada). 8. A proposta da empresa Smart7 Digital foi classificada pelo critério Menor Preço na Dispensa 027/2020 do IGESDF. ...”

39. A Smart7 continua apresentando a natureza dos serviços tecnológicos prestados pela empresa diante do cenário em que se encontrava o DF, com a finalidade de municiar o poder público com dados precisos e confiáveis sobre sintomas, perfil demográfico, localização e diversos outros elementos destinados ao auxílio das definições de políticas públicas, que estão em desenvolvimento, de enfrentamento e combate à pandemia e destaca:

“20. A Smart7 Digital implementa um projeto que possibilita a coleta estratégica de tantas informações importantes no combate à pandemia que não se esgota na formulação imediata de políticas públicas, mas se traduz num conjunto de dados que serão essenciais para o futuro da saúde no DF. Esse arcabouço de dados também poderá ser usado em breve por cientistas de várias instituições de pesquisa do Brasil. 21. Apesar da existência de algumas iniciativas públicas e privadas destinadas a informar toda a população sobre as características e consequências da COVID-19 e seus sintomas, a exemplo do aplicativo do Ministério da Saúde ou até mesmo hotspots de outros órgãos, o serviço contratado e executado pela Smart7 nada se assemelha a nenhum desses projetos. 22. Não se trata da mera



exposição de textos explicativos ou disparo em massa de mensagens. A Smart7 Digital criou um sistema de atendimento que possibilita ao poder público a análise de um volume enorme de dados estratégicos, além de realizar o atendimento direto de pessoas sintomáticas que estão em um momento de máxima vulnerabilidade psicológica e desinformação.”

40. Detalha, em seguida, as etapas, especificando a necessidade de divulgação por *site* com apresentação do número de telefone (www.coronavirus.bsb.br), canal no Facebook (facebook.com/dfcontracoronavirus) e no instagram (instagram.com/dfcontracoronavirus), busca ativa com dois analistas de redes sociais. Em virtude disso, o projeto pode ser considerado um serviço público de alto grau de engajamento, tendo, no período de 8/5 e 31/7/2020, cerca de 1.338.739 pessoas impactadas e 417.108 mensagens enviadas, além da atividade de monitoramento.

41. Alega que o “programa DF contra Coronavírus” exige habilidades e experiências em diferentes áreas como tecnologia, ciência de dados, comunicação, medicina, disseminando conteúdos e coletando dados sistêmicos para elaboração de políticas públicas. Embora haja vários projetos de tecnologia e comunicação que atuam no combate à pandemia, nenhum deles detém a mesma envergadura apresentada pelo serviço prestado pela Smart7, tornando difícil a comparação.

42. Argumenta então que a Representação nº 45/2020-CF indicaria a comparação de preços e serviços prestados pela Smart7 com os seguintes: a) Telemedicina; b) Contrato ARO Comunicação e Complexo Regular Estadual (GO); c) o serviço TELECOVID; d) Contrato do Município de Recife; e) Projeto Vida Saudável do Hospital Albert Einstein; f) o contrato de comunicação do IGESDF e a empresa Fértil; g) diferenciação de iniciativa ofertada gratuitamente para o DF (Menção a Cooperação Técnica entre OS e GDF); e h) o projeto “CheckCorona”.

43. Na sequência, rebate cada uma das comparações apontadas pelo MPJTCDF.

a) Telemedicina

44. Argumenta que, no seu Contrato, o atendimento é feito por inteligência artificial (robôs Ana e Gabriela) e, eventualmente, por humanos não médicos. Possui profissionais da área médica para definição de informações,



supervisão de atendimentos, construção de fluxo de atendimento em conjunto com médicos do IGESDF, e análise de dados. E conclui:

“Comparar a atividade de atendimento do programa “DF contra Coronavírus” com telemedicina é assumir que em algum momento, procedimentos exclusivos da atividade médica são realizados com os usuários, ora pelo diagnóstico ou prescrição de medicamentos, ora pela simples identificação do atendente como profissional de saúde. Isso não existe em nenhum momento da interação artificial com os cidadãos. A Smart7 Digital não possui essa especialidade entre as atividades que exerce e não se propõe a ofertar tal serviço, uma vez que a sua área de atuação se resume a tecnologia e comunicação, como fica evidente nas atividades econômicas declaradas.”

b) Contrato ARO Comunicação e Complexo Regulador do Estado de Goiás

45. Assevera, para esse caso, que a Smart7 não é reponsável ou anuente da empresa ARO e não participa da contratação. Também a regulação em saúde, caso do contrato da ARO, difere muito de atendimento por inteligência artificial, conforme tabela apresentada nas pp. 10/11 da peça 33, e a CRE teria contratos relacionados a inteligência artificial, mas no valor de R\$ 4,4 milhões, conforme Doc. 08 anexo aos esclarecimentos.

46. Portanto, a comparação de preços não possui respaldo técnico, pois os objetos seriam totalmente distintos, com pessoas jurídicas que não se comunicam e com demandas estaduais diferentes, afastando a possibilidade de qualquer confronto.

c) Serviço Telecovid

47. Esclarece que, diante do cenário de incertezas com a pandemia, seria normal e imprescindível diferentes esforços estatais em várias frentes, não cabendo, portanto, a simples alegação de sobreposição de atividades e, apesar do compartilhamento do mesmo público alvo e partes do objetivo, programas como “DF contra Coronavírus”, mantido pelo IGESDF e operacionalizado pela Smart7, quanto o Telecovid, mantido pelo Corpo de Bombeiros do DF e operacionalizado por ele e outros órgãos, são diferentes pelo canal de comunicação utilizado, tecnologias envolvidas, escalabilidade proporcionada e resultados obtidos.



48. Para demonstrar as grandes diferenças, a Smart7 trouxe a comparação no quadro de pp. 12/13 da peça 33.

d) Contrato do Município de Recife

49. Alega que a afirmação do MPJTCDF de que o contrato seria dez vezes menor do que o do DF não se sustenta, pois o valor global da avença é de R\$ 714.000,00 e não R\$ 102.400,00, conforme afirmado pelo *Parquet*. Essa quantia faz referência ao pagamento parcial de empenho de R\$ 410.328,00. Além disso, há várias diferenças entre os objetos contratuais, conforme quadro de pp. 14/16 da peça 33, sendo a única semelhança entre os dois projetos o fato de no programa “DF Contra Coronavírus” haver também um FAQ: “Perguntas e Respostas sobre a COVID-19”, portanto, todo o restante é absolutamente diferente.

e) Site Vida Saudável do Hospital Albert Einstein

50. Aponta que é uma espécie de curadoria de conteúdos que já estão disponíveis em outros sites como os do Ministério da Saúde, da Organização Mundial da Saúde, “*Centers for Disease Control and Prevention (CDC)* e *FIESP*. Não há interação de inteligência artificial destinada à organização de políticas públicas, conforme comparação no quadro de pp. 17/18 da peça 33.

f) Contrato de comunicação IGESDF e a empresa Fértil

51. Alega que a principal diferença é que o contrato da Smart7 não passa pela oferta de produtos relacionados à publicidade e propaganda institucional, sendo focado no combate ao coronavírus.

g) Projeto “CheckCorona”

52. Afirma que a “*representação do MPC/DF também faz comparação do contrato firmado pelo IGESDF com a “tecnologia para ajudar a combater o novo coronavírus, que poderá ser utilizada no aplicativo de mensagens WhatsApp: o “CheckCorona”. Trata-se de iniciativa interessante e a única semelhança com os serviços prestados pela Smart7 é que usa inteligência artificial numa fase primária de interação. De acordo com a matéria da Revista Galileu, “o projeto está entre as 71 ideias selecionadas no Desafio Covid-19, iniciativa do Ministério Público de*



Pernambuco e da Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco”. Mas não há qualquer informação mais detalhada sobre a questão.

53. Por fim, a Smart7 pede que os esclarecimentos sejam conhecidos e determinado o arquivamento da Representação nº 45/2020, de autoria do MPJTCDF, visto que restaria comprovada a ausência de transgressão à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial. Requer ainda que todas as publicações, intimações, notificações ou citações sejam feitas exclusivamente em nome do advogado ANTONIO RODRIGO MACHADO, OAB/DF nº 34.921.

II.5 Análise

54. Inicialmente, em virtude dos argumentos apresentados pelo IGESDF quanto à sua natureza jurídica e a necessidade de observar a legislação privada, inclusive no que se refere a processos de compras de bens e serviços, cabe reafirmar que embora possua personalidade jurídica de direito privado, está sob a jurisdição desta Corte de Contas conforme art. 1º, VII, X, XIV da Lei Complementar 1/94 - Lei Orgânica do TCDF⁵, mormente porque gerencia recursos públicos, em consequência do contrato de gestão firmado com o Governo do Distrito Federal por intermédio da SES/DF.

55. Adicionalmente, a Lei Distrital 5.899/2017, que criou o Instituto, estabelece que esta Corte de Contas possui a competência de fiscalizar a execução do contrato de gestão, conforme a seguir:

“Art. 2º Compete à Secretaria de Estado de Saúde supervisionar a gestão do IHBDF, observadas as seguintes normas e disposições: (...) III - o contrato de gestão deve observar os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e economicidade, e deve especificar o programa de trabalho proposto pelo IHBDF, estipular as metas a ser atingidas e os respectivos prazos de execução, bem como a previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a ser utilizados, mediante indicadores de qualidade e produtividade, atendendo

⁵ Art. 1º Ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, órgão de controle externo, nos termos da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Distrito Federal e na forma estabelecida nesta Lei Complementar, compete: VII – fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados ao Distrito Federal ou pelo Distrito Federal, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres; X – assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, verificada a ilegalidade; XIV – apreciar e apurar denúncias sobre irregularidades e ilegalidades dos atos sujeitos a seu controle;”



ao quadro epidemiológico e nosológico do Distrito Federal e respeitando as características e a especificidade da entidade; (...) VI - a execução do contrato de gestão é supervisionada pela Secretaria de Estado de Saúde e fiscalizada pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal -TCDF, que verifica, especialmente, a legalidade, a legitimidade, a operacionalidade e a economicidade no desenvolvimento das respectivas atividades e na consequente aplicação dos recursos repassados, com base nos critérios referidos no inciso III.”

56. Posto isso, traremos os pontos levantados pelo MPjTCDF quanto ao Contrato nº 32/2020, celebrado com a Smart7, os esclarecimentos trazidos aos autos pelo IGESDF e pela empresa, e a análise dos argumentos.

57. O MPjTCDF aponta que muitas das soluções visadas pelo contrato já seriam objeto de campanhas da mídia, de entes públicos e privados, gratuitamente, como o Telecovid, o Disque Saúde e o próprio sítio eletrônico do IGESDF.

58. O IGESDF esclarece que o objetivo do Contrato com a Smart7 é fornecer dados estratégicos para os órgãos públicos tomarem decisões e consituírem políticas de combate à pandemia, como também diminuir a sobrecarga das unidades de saúde.

59. A Smart7 argumenta que o *Parquet* não teria obtido informações essenciais para compreensão dos serviços prestados no âmbito do contrato em tela, que teria como finalidade municiar o poder público com dados precisos e confiáveis sobre sintomas, perfil demográfico, localização e diversos outros elementos destinados ao auxílio das definições de políticas públicas de enfrentamento e combate à pandemia, que estão em desenvolvimento.

60. Acrescenta que, apesar da existência de algumas iniciativas públicas e privadas destinadas a informar toda a população sobre as características e consequências da COVID-19 e seus sintomas, nenhuma delas se assemelha ao Contrato firmado com a Smart7.

61. Realmente, ao verificar os outros serviços e contratos em comparação com o ajuste celebrado pelo IGESDF e a Smart7 não se pode afirmar que tenham as mesmas características, o que, por si só, torna impossível a comparação, veja-se, por exemplo, o objeto do contrato, conforme Anexo IV-Rep 45/2020-GPCF (peça 7):



“DO OBJETO

CLÁUSULA SEGUNDA - O objeto deste instrumento é a contratação emergencial de empresa especializada na prestação de serviços em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), na modalidade de SaaS (software como serviço), para atendimento à população do Distrito Federal no combate ao Covid-19, conforme justificativa, especificações, quantidades e demais condições constantes no Elemento Técnico Emergencial nº 2/2020 –GESIN (37439535), para atender às necessidades da Gerência de Sistemas da Informação do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O prazo de entrega e inicialização do serviço é de 72 (setenta e duas) horas após a assinatura do contrato. **DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO CLÁUSULA TERCEIRA** - O serviço abrange o desenvolvimento de solução tecnológica para atendimento digital e em tempo real da população do Distrito Federal, a fim de esclarecer dúvidas sobre o Covid-19, e, ainda, disponibilizar informativos digitais para o esclarecimento de dúvidas da população, classificar os sintomas dos usuários com suspeita de contágio e encaminhá-los devidamente ao sistema público de saúde. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Toda a informação produzida pela central de serviços automatizada deverá ser tratada e entregue através de Painéis de Controle Gerenciais (dashboards) de forma a prover conhecimento ao IGESDF para tomadas de decisões assertivas quanto às ações a serem tomadas referentes ao Covid-19. **PARÁGRAFO SEGUNDO** – Sinteticamente, a solução deverá conter: I - Chatbot de atendimento: a) A solução deverá prover sistema que possibilite a interação entre Assistente Virtual e a população através de mensagens instantâneas via Whatsapp, o qual será capaz de responder automaticamente aos questionamentos da população do Distrito Federal sobre o Coronavírus, preservando o diálogo e garantindo a continuidade da compreensão do usuário durante o atendimento; b) A solução deverá possuir a capacidade de entender a real intenção do usuário através de perguntas de esclarecimento para um atendimento assertivo; c) A solução deverá conter o recurso de “autonavegação”, possibilitando levar o usuário para determinada página web ou área de conteúdo relacionado à sua pergunta; d) A solução deverá tratar gírias, termos regionais e neologismos, de forma a entender a real intenção dos usuários ao efetuarem uma pergunta ou busca por conteúdo. e) Esta solução deverá usar a API oficial do WhatsApp Business, fornecendo até 250 mil atendimentos por mês através do chatbot, levando em consideração que o WhatsApp é o aplicativo de mensagem instantânea mais usado pelos brasileiros, obtendo, portanto, maior alcance da população. II - Central de Atendimento para o Covid-19: a) Após a tratativa inicial dada pelo chatbot, caso seja identificado um caso crítico de possível contaminação, deverá entrar em ação uma equipe de analistas, assistidos por médicos especialistas, que atenderão o cidadão e os orientarão como proceder da melhor maneira em caso de infecção. b) A solução deverá atender aos cidadãos que necessitem encontrar informações sobre o Covid-19, esclarecendo dúvidas e indicando às unidades de saúde da rede; c) A solução deverá permitir o constante aprimoramento do entendimento das perguntas, mantendo atualizados o banco de perguntas/respostas sobre os assuntos relacionados ao Covid-19; III - Desenvolvimento Web: a) A solução deverá possuir suporte nativo aos seguintes canais de atendimento: Web (Internet Explorer 11 ou superior,



Mozilla Firefox 70 ou superior, Google Chrome 80 ou superior), Mobile Web e Chat; b) A Contratada deve criar página na web para disseminação de informações fidedignas sobre o COVID-19 para orientação adequada da população. O hotsite deverá contar com FAQ-Frequently Asked Questions sobre Coronavírus, formulário interativo para atendimento da população, integração com redes sociais, Search Engine Optimization-SEO estrutural para otimizar a busca da página na web, e deverá possibilitar que os usuários acessem a página pelo desktop e via mobile; c) A Contratada deverá fornecer toda a infraestrutura necessária para o funcionamento da solução, cabendo a Contratante apenas permitir a inserção da solução no site correspondente; d) A solução deverá ser disponibilizada 100% "em nuvem" e ser integrada com ao site do IGESDF e HOTSITE a ser desenvolvido, conforme descrito neste Elemento Técnico; O termo "em nuvem" refere-se a armazenamento, processamento, disponibilizados por meio da Internet; e) A solução deverá permitir o acompanhamento em tempo real dos atendimentos executados pelo Assistente Virtual. V-Gestão de conteúdo, monitoramento e interação: a) Prover equipe responsável por alimentar o conteúdo do hotsite com informações e esclarecimentos sobre o Coronavírus (COVID-19; b) Prover equipe responsável por monitorar citações sobre o tema em vários meios de comunicação para criação de respostas para alimentar a FAQ e para esclarecimento nas redes sociais e outras mídias. V - Business Intelligence: a) A solução deverá permitir a extração de relatórios, em arquivos exl, pdf e xml, sobre as perguntas realizadas possibilitando a consolidação dos resultados. b) A solução deverá permitir a extração de relatórios de desempenho do Assistente Virtual, com informações sobre os atendimentos prestados pelo canal aos usuários incluindo total de atendimentos, principais tópicos de questionamentos dos usuários, total de perguntas respondidas, região administrativa dos usuários, dentre outros. c) A solução deverá fornecer ferramenta analítica que permita o cruzamento de informações para tomada de decisão, com Dashboards e deverá ser capaz de capturar, gravar e utilizar a localização geográfica do usuário. VI-Suporte: a) A solução deverá permitir a integração com sistemas; b) A Contratada deverá prestar serviços de manutenção para que a solução de autoatendimento de forma que funcione de acordo com as características técnicas exigidas no Elemento Técnico Emergencial 2/2020-GESIN; c) A Contratada deverá manter ativo e operacional o ambiente da solução escrita no Elemento Técnico Emergencial 2/2020-GESIN na modalidade 24 x 7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana) todos os dias da semana inclusive sábado, domingos e feriados, de acordo com os seguintes níveis de serviço (SLA's) detalhados. d) A Contratada se obriga a atender aos chamados conforme os critérios abaixo estabelecidos: 1) Nível de Prioridade 1: Impacto crítico, o início do atendimento não poderá ser superior a 30 minutos após a abertura de chamado e o tempo máximo para a solução será de 1 hora corrida após a abertura do chamado. 2) Nível de Prioridade 2: Impacto alto, o início do atendimento não poderá ser superior a 30 minutos após a abertura de chamado e o tempo máximo para a solução será de 2 hora e 30 minutos corridos após a abertura do chamado. 3) Nível de Prioridade 3: Impacto médio, o início do atendimento não poderá ser superior a 1 hora após a abertura de chamado e o tempo máximo para a solução será de 6 horas corridas após a abertura do chamado. 4) Nível de Prioridade 4: Impacto



baixo, o início do atendimento não poderá ser superior a 4 horas após a abertura de chamado e o tempo máximo para a solução será de 48 horas corridas após a abertura do chamado.”

62. Por isso, cremos que não se pode fazer a comparação em virtude da diferente abrangência do objeto do Contrato com a Smart7 em relação aos demais serviços/soluções apontados pelo MPJTCDF, fato esclarecido pelos quadros apresentados na peça 33: p. 9, § 38 – comparação com o Contrato da Aro Comunicação; p. 12, § 43 – comparação com o Telecovid; p. 14, § 47 – comparação com o Contrato da Glen Coe Informática Ltda. – ME; p. 17, § 50 – comparação com o site Vida Saudável; p. 19, § 52 – comparação com o Contrato da Fértil Comunicação e Marketing Ltda.

63. Na sequência, o *Parquet* alega que o objeto do contrato é um misto de publicidade, já atendido pela rede pública de saúde, e de telemedicina sem que a contratada tenha qualquer qualificação na área.

64. O IGESDF afirma que não se trata de publicidade ou telemedicina, mas de prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), na modalidade de *software* como serviço (SaaS), e que todo o fluxo de atendimento é supervisionado por médicos especialistas para evitar que sejam passadas informações erradas para os usuários, e para orientá-los na busca de serviço público de saúde mais adequado.

65. A Smart7 pontua que não se pode comparar os seus serviços com telemedicina, pois, em nenhum momento, são executados procedimentos exclusivos da atividade médica, a empresa não possui essa especialidade entre as atividades que exerce e também não se propõe a ofertar tal serviço, sendo sua área de atuação restrita à tecnologia e à comunicação, como fica claro no Elemento Técnico – Emergencial – Aquisição nº 2/2020-IGESDF/DIADM/SUTIC/GESIN (pp. 106 a 115 da peça 33).

66. Em análise do mencionado Elemento Técnico, verifica-se que as especificações nele constantes foram repetidas na cláusula segunda do contrato, transcrita no § 61 anterior, e, pode-se dizer, primeiramente, que não se trata de



publicidade, mas de contrato com outras características, conforme afirmado pelo IGESDF e pela Smart7, com tratamento das informações e entrega por “dashboards”, de forma a prover conhecimento ao IGESDF para tomadas de decisões quanto às ações a serem tomadas referentes à Covid-19, conforme parágrafo primeiro da cláusula terceira do Contrato nº 32/2020 (p. 95 da peça 33).

67. Para isso a solução contém *Chatbot* de atendimento, ou seja, atendimento por meio de robôs, conforme explicado na Informação nº 72/2020-DIASP3 (peça 18), transcrita no § 3º anterior; central de atendimento para o COVID-19; desenvolvimento Web; gestão de conteúdo, monitoramento e interação; *business intelligence* e, por último; suporte de acordo com os níveis de prioridade.

68. Assim, cremos que o contrato, apesar de conter alguns elementos comuns aos apontados pelo MPJTCDF como de publicidade (p. 5 da peça 11)⁶, tem objeto diverso de outros ajustes com essa natureza.

69. Ademais, apesar de todo o fluxo de atendimento ser supervisionado por médicos especialistas, concordamos com os esclarecimentos prestados pelo IGESDF e pela Smart7, que não se trata de telemedicina, como postulado.

70. Para entender porque consideramos que não se trata de telemedicina, extraímos alguns trechos da Resolução nº 1.643/2002 e da Lei nº 13.989/2020, apontadas pelo MPJTCDF.

“RESOLUÇÃO Nº 1.643/2002

Art. 1º - Definir a Telemedicina como o exercício da Medicina através da utilização de metodologias interativas de comunicação áudio-visual e de dados, com o objetivo de assistência, educação e pesquisa em Saúde. (...)
Art. 3º - Em caso de emergência, ou quando solicitado pelo médico responsável, o médico que emitir o laudo a distância poderá prestar o devido suporte diagnóstico e terapêutico. Art. 4º - A responsabilidade profissional do atendimento cabe ao médico assistente do paciente. Os demais envolvidos responderão solidariamente na proporção em que contribuírem por eventual dano ao mesmo.”

“LEI Nº 13.989/2020

⁶ “Veiculação de propaganda de utilidade pública, nela incluídas campanhas de vacinação, preservação do meio ambiente, higiene, saneamento básico, saúde, ensino, segurança, trânsito e assemelhados. (...) 2. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL E DE UTILIDADE PÚBLICA (...) O objetivo da Publicidade de Utilidade Pública é divulgar direitos, produtos e serviços colocados à disposição dos cidadãos, a fim de informar, educar, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios individuais ou coletivos e que melhorem a sua qualidade de vida. Conceitos que se encontram, por exemplo, na Instrução Normativa 1/19.”



Art. 1º Esta Lei autoriza o uso da telemedicina enquanto durar a crise ocasionada pelo coronavírus (SARS-CoV-2). (...) Art. 3º Entende-se por telemedicina, entre outros, o exercício da medicina mediado por tecnologias para fins de assistência, pesquisa, prevenção de doenças e lesões e promoção de saúde. Art. 4º O médico deverá informar ao paciente todas as limitações inerentes ao uso da telemedicina, tendo em vista a impossibilidade de realização de exame físico durante a consulta.”

71. Consideramos que, na cláusula segunda (objeto do Contrato), item II, constam as expressões que poderiam levar a classificar os serviços como telemedicina:

“DO OBJETO

CLÁUSULA SEGUNDA - O objeto deste instrumento é a contratação emergencial de empresa especializada na prestação de serviços em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), na modalidade de SaaS (software como serviço), para atendimento à população do Distrito Federal no combate ao Covid-19 (...) **DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO**
CLÁUSULA TERCEIRA - O serviço abrange o desenvolvimento de solução tecnológica para atendimento digital e em tempo real da população do Distrito Federal, a fim de esclarecer dúvidas sobre o Covid-19 (...) II - Central de Atendimento para o Covid-19: a) Após a tratativa inicial dada pelo chatbot, caso seja identificado um caso crítico de possível contaminação, deverá entrar em ação uma equipe de analistas, assistidos por médicos especialistas, que atenderão o cidadão e os orientarão como proceder da melhor maneira em caso de infecção. b) A solução deverá atender aos cidadãos que necessitem encontrar informações sobre o Covid-19, esclarecendo dúvidas e indicando às unidades de saúde da rede;”

72. No nosso entendimento, não se pode qualificar essa atividade como telemedicina. Primeiro porque não é exercício de medicina, não é um médico que atende o cidadão, não se trata de uma consulta, ou seja, não está sendo empregado procedimento exclusivo da atividade médica, como diagnóstico e prescrição de medicamentos. Segundo porque, se nas respostas aos questionamentos for detectado caso grave, uma equipe de analistas, assistidos por médicos especialistas, atenderá o cidadão e os orientará a como proceder da melhor maneira, com a indicação de procurar uma unidade de saúde da rede. Por esses motivos, cremos não assitir razão à Representante.



73. O *Parquet* aponta, ainda, contrato da ARO Publicidade, que teria sido celebrado pelo Sr. Roni Cavalcante, Diretor Executivo da Smart7, com o Complexo Regulador Estadual – CRE, em valores inferiores ao do celebrado no DF.

74. Quanto ao Contrato da ARO com a CRE (pp. 177/187 da peça 33), a Smart7 assegura que não é responsável ou anuente da empresa ARO, não tendo qualquer participação na contratação. Assevera, também, que o objeto do contrato é diverso (p. 178 da peça 33):

“CLÁUSULA PRIMEIRA – O OBJETO E DOS SERVIÇOS 1.1. Contratação de empresa especializada em assessoria de comunicação, identidade visual, planejamento de comunicação, desenvolvimento de campanhas, gestão de redes sociais, publicidade digital e desenvolvimento de web, nas condições e especificações constantes do presente Termo de Referência, a serem prestados no Complexo Regulador Estadual -CRE, central de regulação da oferta de serviços assistenciais operacionalizada pelo IGPR, nos termos do Contrato de Gestão nº 098/2018-SES-GO.”

75. A Smart7 acrescenta que a CRE possui outros contratos semelhantes a este em análise, mas no caso, no valor de R\$ 4 milhões, conforme Doc. 8, anexo aos esclarecimentos (pp. 200/215, quanto ao valor, p. 206 da peça 33):

“Cláusula Primeira – Objeto 1.1 O presente contrato tem por objetivo: a) a cessão de uso de sistema informatizado, para apoiar, suportar e gerir a operacionalização de ações de regulação do acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS), no que diz respeito ao atendimento de urgência, ambulatorial e internações hospitalares, a serem executadas pelo Complexo Regulador Estadual (CRE) no estado de Goiás; b) a prestação de serviços de informática, constituídos de Site de infraestrutura para ambiente WEB, consultoria, análise e programação para desenvolvimento, manutenção e implantação de sistemas, com as características e/ou finalidades descritas na Proposta Comercial IGPR GO 2018, atendendo, rigorosamente, os módulos de sistemas e suas especificações também ali contidas. (...)”

76. Ao analisar a tabela apresentada nas pp. 10/11 da peça 33, verifica-se que o contrato realmente é diferente do contrato em tela.

77. Por último, o MPJTCDF relata também que, em Pernambuco, no município de Recife, foram adotadas soluções com custo dez vezes menores do que o do DF. Apesar de não ficar claro se a comparação é com o Contrato da Smart7 ou da Fértil, os esclarecimentos foram prestados como segue.



78. A Smart7 sustenta que o valor global do contrato seria de R\$ 714.000,00 e não de R\$ 102.400,00 (p. 263 da peça 33), conforme afirma pelo *Parquet*. Além disso, há várias diferenças entre os objetos contratuais, conforme quadro de pp. 14/16 da peça 33, sendo que a única semelhança seria a existência de um FAQ: “Perguntas e Respostas sobre a COVID-19”.

79. Para melhor entendimento, transcrevemos o objeto do Contrato de Prestação de Serviços nº 4801.01.54.2019, celebrado pelo Município do Recife e a Glen Coe Informática Ltda. – ME (p. 262 da peça 33):

“DO OBJETO – CLÁUSULA PRIMEIRA: Constitui objeto do presente Contrato a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de suporte técnico remoto ao ambiente de produção, treinamento e suporte técnico especializado “on-site” na Plataforma Pentaho Business Analytics Community Edition, incluindo mineração de dados, utilizando o Waikato Environment for Knowledge Analysis 3.7 ou outra ferramenta gratuita de uso irrestrito e ilimitado, para atender as necessidades da CONTRATANTE, de acordo com as condições, especificações e os quantitativos descritos no Anexo II – Termo de Referência do Edital do Processo Licitatório nº 006/2018, Pregão Presencial para Registro de Preços nº 006/2018 ...”

80. Assim, de acordo com o que se contempla, não há como comparar os contratos mencionados pelo MPJTCD, com a finalidade de macular a contratação.

81. Os pontos principais da Representação do MPJTCD, quanto ao Contrato da Smart7, são a sobreposição de atividades e a contratação por valores acima dos ofertados pelo mercado.

82. O cotejo dos contratos mencionados pelo *Parquet* afasta o indício de sobreposição de atividades, mesmo porque o contrato foi objeto de decisões baseadas em pareceres técnicos de acordo com o Processo SEI nº 04016-00024182/2020-48* do IGESDF, conforme Parecer SEI-GDF nº 42/2020-IGESDF/IGES/DP/GAPRE/ASJUR (pp. 117/125 da peça 33).

83. Nesse Parecer foram identificados todos os elementos necessários à regularidade do processo administrativo de contratação: elemento técnico, relatório de visualizações e respostas da Bionexo; e-mails enviados e recebidos sobre cotações; mapa comparativo de preços; planilha de preços; definição de modalidade da seleção de fornecedores; requerimento de autorização de despesa orçamentária;



declaração de disponibilidade orçamentária; autorização da Diretoria Executiva; documentações para habilitação da empresa; e minuta contratual.

84. Verifica-se, também, que a pesquisa de preços contou com a apresentação de orçamentos válidos (peça 37764507*), resultando no valor total de R\$ 2.079.968,93. Foram apresentadas propostas pelas seguintes empresas: a) Central It Tecnologia da Informação Ltda. – R\$2.509.906,80; b) Knowtec Ltda. – R\$2.200.000,00; c) Duosystem Tecnologia e Informática Ltda. – R\$3.925.878,94; d) Smart7 Digital Ltda. – R\$1.530.000,00; e e) Novetech Soluções Tecnológicas Ltda. – desclassificada (p. 127 da peça 33).

85. Desse modo, reputamos, no mérito, improcedente a Representação nº 45/2020-CF quanto ao Contrato da Smart7.

86. Quanto ao Contrato nº 51/2020, celebrado com a Fértil, alguns dos pontos já foram tratados na análise dos esclarecimentos da Smart7.

87. Primeiramente, a possibilidade de os serviços do Contrato nº 32/2020 serem abrangidos no Contrato nº 51/2020, ou vice-versa, é rebatida com base no fato de que, ao se comparar os elementos técnicos, o contrato, e a lista de serviços efetivamente prestados por uma e outra empresa, conclui-se tratarem-se de situações distintas, com objetos distintos.

88. O Contrato nº 51/2020, celebrado com a Fértil, é de publicidade e propaganda institucional a ser prestado ao IGESDF, para todo o tipo de serviço de publicidade, levando à população conhecimento e compreensão do funcionamento do Instituto, enquanto o Contrato nº 32/2020, celebrado com a Smart7 tem foco centrado no combate ao coronavírus.

89. Outra alegação é em relação às soluções adotadas no estado de Pernambuco, com custos dez vezes menores que a solução adotada no DF. Essas foram explicadas nos §§ 77/80 anteriores em comparação com o Contrato celebrado com a Smart7, caso em que os objetos são diferentes. No caso da Fértil, também o objeto do contrato é diferente, como se vê:

“DO OBJETO – CLÁUSULA SEGUNDA - O presente instrumento tem por objeto a contratação de serviços de publicidade e propaganda a serem



prestados, sob demanda, por agência de publicidade e propaganda ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal - IGESDF, incluindo: planejamento, conceituação, concepção, criação, execução interna, intermediação e supervisão da execução externa e distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o objetivo de promover a difusão de ideias ou informar o público em geral, dentre outros, para atender as necessidades da Assessoria de Comunicação do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal - IGESDF, nos termos do ELEMENTO TÉCNICO Nº 1/2020 - IGESDF/DIPRE/GAPRE/ASCOM e da Proposta Comercial apresentada pela CONTRATADA, documentos vinculados a este instrumento, independente de transcrição, conforme condições e especificações abaixo discriminadas: a) Estudo do conceito, ideia, marca, produto ou serviço a difundir, incluindo a identificação e análise de suas vantagens e desvantagens perante os seus públicos e, quando for o caso, em relação ao seu mercado. b) Identificação e análise dos públicos e/ou do mercado onde o conceito, ideia, marca, produto ou serviço encontre melhor possibilidade de assimilação. c) Identificação e análise das ideias, marcas, produtos ou serviços concorrentes. d) Elaboração do plano publicitário, incluindo a concepção das mensagens e peças (criação) e o estudo dos meios e veículos que, segundo técnicas adequadas, assegurem a melhor cobertura dos públicos e objetivados (planejamento de mídia). e) Execução do plano publicitário, incluindo o orçamento e realização das peças publicitárias (produção) e a compra, distribuição e controle da publicidade nos veículos contratados (execução de mídia), e no pagamento das faturas (CENP – CONSELHO EXECUTIVO DAS NORMAS-PADRÃO. Normas-padrão da atividade publicitária. São Paulo, 1998, 8 e 9 pág.)

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Também integram o objeto deste Contrato, como atividades complementares, os seguintes serviços especializados: a) Planejamento e à execução de pesquisas e outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento sobre o mercado, o público-alvo, os veículos de divulgação ou sobre os resultados das ações realizadas. b) Planejamento e desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, destinadas à expansão dos efeitos das mensagens publicitárias em consonância com as novas tecnologias. c) Desenvolvimento do Plano de Comunicação Publicitária, visando o alcance dos objetivos pretendidos e que a instituição obtenha o melhor retorno do seu investimento em publicidade, seja sob a forma de resultados imediatamente quantificáveis, seja pela agregação contínua de valor à sua marca, conceito ou ideia. d) Contratação de serviços internos e/ou externos de pesquisas regulares de audiência, auditoria de circulação e controle de mídia, disponíveis no mercado, correndo por conta da agência e necessários à prestação de serviços ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal - IGESDF. PARÁGRAFO SEGUNDO – A agência atuará por ordem e conta do IGESDF, em conformidade com o art. 3º da Lei nº 4.680/1965, na contratação de fornecedores de bens e serviços especializados, de veículos de comunicação e divulgação para a transmissão de mensagens publicitárias. PARÁGRAFO TERCEIRO – Os serviços previstos no objeto não abrangem as atividades de assessoria de comunicação, imprensa e relações públicas. PARÁGRAFO QUARTO – Os serviços abrangem as ações de publicidade institucional e de utilidade pública, sobre todos os assuntos e temas de competência ou interesse do CONTRATANTE. (...)”



90. Assim, não vemos como procedentes os argumentos da Representante.

91. O MPJTCDF pontuou, também, outra iniciativa do estado de Pernambuco, denominada “CheckCorona”, acessível gratuitamente à população pela Internet, com o objetivo de evitar aglomerações em hospitais, sem necessidade.

92. Essa iniciativa, pelo que se percebe, é diferente do contrato celebrado com a Fértil. Nela há a utilização de inteligência artificial, numa fase primária de interação, e está, segundo a Revista Galileu⁷, entre as 71 ideias selecionadas no Desafio Covid-19, iniciativa do Ministério Público de Pernambuco e da Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco, mas não há qualquer informação mais detalhada sobre a questão.

93. Considerando que o Contrato nº 51/2020 foi celebrado de acordo com os termos do Ato Convocatório nº 13/2020, do Elemento Técnico nº 1/2020-IGESDF/DIPRE/GAPRE/ASCOM, da proposta comercial, do Parecer SEI-GDF nº 65/2020-IGESDF/DIPRE/GAPRE/ASJUR e, ainda, em consonância com o Regulamento Próprio de Compras e Contratações do IGESDF, não há o que se postular contra os termos avençados pelo IGESDF com a Fértil.

94. Ademais, o critério de avaliação das propostas (item 6 do Elemento Técnico nº 1/2020-IGESDF/DIPRE/GAPRE/ASCOM, p. 74 da peça 31) foi estabelecido como melhor combinação de técnica e preço, conforme art. 24, III, do Regulamento Próprio de Compras e Contratações do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal – IGESDF, sendo que a parte técnica foi realizada mediante avaliação de uma campanha publicitária simulada (itens 15 e 16 do Elemento Técnico, pp. 94/103 da peça 31).

95. Ainda, é possível extrair que a disputa teve três propostas, com elevados índices de desconto, conforme ata do certame, tendo sido aberto prazo para que todos apresentassem a proposta técnica. No entanto, apesar dos adiamentos, o prazo final foi fixado para 15/04/2020, e somente a Fértil apresentou a proposta

⁷ Fonte: <https://revistagalileu.globo.com/Tecnologia/noticia/2020/04/checkcorona-o-chatbot-que-identifica-sintomas-de-covid-19-no-whatsapp.html>



técnica, sagrando-se vencedora. De qualquer forma, ainda que tenha sido a única a apresentar proposta técnica, foi a empresa que ofertou os maiores descontos sobre as tabelas do SINAPRO ou sobre honorários de serviços de terceiros⁸.

96. Assim, consideramos improcedentes os argumentos da Representante, podendo, entretanto, esta Corte autorizar o acompanhamento da execução dos ajustes, mediante inspeção, em virtude dos valores envolvidos.

III. Da Conclusão

97. A Representação nº 45/2020-CF reporta supostas irregularidades na celebração de contratos, pelo IGESDF, para soluções de informática e publicidade de utilidade pública.

98. Em primeiro lugar, o **Contrato nº 032/2020**, celebrado com a Smart7, com vigência de 180 (cento e oitenta) dias, ao custo total de R\$ 1.530.000,00 (um milhão e quinhentos e trinta mil reais), cujo objeto é a prestação de serviços em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), na modalidade de SaaS (software como serviço), para atendimento à população do Distrito Federal no combate à Covid-19.

99. Em segundo lugar, o **Contrato nº 051/2020**, celebrado com a Fértil, com vigência de 12 (doze) meses, e previsão de desembolso de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) no período, para prestação de serviços de publicidade e propaganda sob demanda, envolvendo planejamento, conceituação, concepção, criação, execução interna, intermediação e supervisão da execução externa e distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o objetivo de promover a difusão de ideias ou informar o público em geral, para atender as necessidades da Assessoria de Comunicação do IGESDF.

100. Os **pontos principais** da Representação do MPJTCDF são a sobreposição de atividades tanto de um contrato com o outro, como em relação a outros serviços e contratos já prestados pela iniciativa pública e privada com a mesma finalidade, e a **contratação por valores acima dos ofertados pelo mercado**.

⁸ https://www.publinexo.com.br/publinexo/jsp/publico/pb_popup_ata.jsp?prg_id=21886&tipo=SR&tipoAta=PRE



101. De acordo com análise realizada, não foi possível verificar a sobreposição de atividades contempladas de um contrato sobre o outro, e mesmo havendo até certo ponto a alegada sobreposição em relação a outros serviços prestados pela iniciativa pública e privada, isso ocorre devido ao compartilhamento do objetivo geral comum de combate à COVID-19, e do mesmo público alvo.

102. No entanto, os objetos dos contratos são diferentes, bem como os canais de comunicação utilizados, as tecnologias envolvidas e os resultados obtidos.

103. Quanto à contratação por valores acima dos ofertados pelo mercado, pelos documentos analisados, não foi possível chegar a esse posicionamento.

104. Assim, pelos motivos expostos no item II.5, opinamos pela improcedência dos argumentos da Representante, podendo, entretanto, esta Corte autorizar o acompanhamento da execução dos ajustes, mediante inspeção, em virtude dos valores envolvidos.

IV. Das Sugestões

105. Diante do exposto, sugere-se ao E. Plenário:

- I – tomar conhecimento dos esclarecimentos prestados por:
 - a) Fértil Comunicação e Marketing Ltda., peça 31;
 - b) Instituto de Gestão Estratégica em Saúde do Distrito Federal – IGESDF, peça 32;
 - c) Smart7 Digital Ltda. – ME, peça 33;
- II – considerar:
 - a) atendidas as diligências constantes dos itens II e III da Decisão nº 3026/2020;
 - b) no mérito, improcedente a Representação nº 45/2020-CF;
- III – autorizar:
 - a) o acompanhamento da execução dos ajustes, mediante inspeção, em virtude dos valores envolvidos;
 - b) o conhecimento da decisão que vier ser proferida à autora da Representação e aos demais interessados nomeados no item I anterior;
 - c) a expedição de todas as publicações, intimações, notificações ou citações, referentes à Smart7 Digital Ltda. – ME, exclusivamente em nome do advogado Antonio



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

32 de 32

- Rodrigo Machado, OAB/DF nº 34.921, conforme solicitado;
- d) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública - SEASP, para os devidos fins.

À elevada consideração de V. Sa.

Carlos Tobias da Silva
Auditor de Controle Externo

Senhor Secretário,

De acordo com a Instrução e com as sugestões propostas.

Terceira Divisão de Fiscalização de Áreas Sociais
e Segurança Pública, 6 de outubro de 2020.

Henrique Eduardo de Oliveira
Diretor